

#### **EDITAL**

### 01.00 - PREÂMBULO

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIACHO DAS ALMAS, Pessoa jurídica de direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 08.861.858/0001-52 por ordem de seu Presidente, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e respectivas alterações, , torna público, para conhecimento dos interessados, que às **15h00min** do dia **01 de maio de 2023**, na sala de licitação, situadana Rua Dr. Manoel Borba, nº 104, Centro, Riacho das Almas, Estado de Pernambuco, CEP:55120-000, , perante o Pregoeiro, serão recebidos e iniciada a abertura dos envelopes, referente a proposta de preços e aos documentos de habilitação, a partir da referida data e horário, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **"menor preço" global** ofertado, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

### **OBSERVAÇÃO:**

 Na hipótese de não haver expediente na data acima fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subseqüente no mesmo local e hora, salvo disposição em contrário.

#### 02.00 - **OBJETO**

- **02.01** Constitui objeto do presente Pregão o registro de preços para a contratação de empresa para fornecimento parcelado de combustível destinado à atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE, conforme Termo de Referência constante no Anexo V deste Edital.
- **02.02** O objeto desta licitação deverá ser entregue, parceladamente, pela licitante vencedora, por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Departamento Administrativo, mediante a apresentação de requerimento, devidamente autorizado.

#### 03.00 - PRAZOS

- **03.01** O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contado a partir da data da sua apresentação, que ocorrerá no dia da sessão de abertura deste certame licitatório, suspendendo-se este prazo na hipótese de interposição de recurso administrativo até sua ulterior decisão.
  - **03.02**O prazo de vigência do Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.



**03.03** — A(s) licitante(s) vencedora(s) será(ão) convocada(s) para assinar(em) o(s) instrumento(s) da Ata de Registro de Preços o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05** (cinco) dias consecutivos, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, nos termos do art. 64 da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

**03.04** – A(s) licitante(s) vencedora(s) poderá(ão) ser convocada(s) para assinar(em) o(s) eventual(is) Contrato(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços, o que deverá(ão) fazê- lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, nos termos do Art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/2002, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º do mesmo diploma legal.

**03.05** - O prazo para início do abastecimento dos veículos será **imediato**, no instante do pedido, após o recebimento da autorização para abastecimento expedida pelo Departamento Administrativo da Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE, devendo ocorrer após a assinatura do Contrato.

#### 04.00 - RECURSOS FINANCEIROS

**04.01** - Os recursos alocados para a realização do objeto da presente licitação são oriundos das dotações orçamentárias do ano de 2023.

#### 05.00 - COMPONENTES DESTE EDITAL

**05.01** - Constituem anexos deste Edital e dele fazem parte integrante:

- 05.01.01 Minuta do Contrato a ser firmado entre a Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE e a licitante vencedora (**Anexo I**);
- 05.01.02 Modelo da Proposta de Preços (Anexo II);
- 05.01.03 Modelo de Credenciamento (Anexo III);
- 05.01.04 Modelo de Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (**Anexo IV**);
- 05.01.05 Termo de Referência (**Anexo V**);
- 05.01.06 Modelo de Declaração de Mão-de-Obra de Menor (Anexo VI); e
- 05.01.07 Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (**Anexo VII**).



05.01.08- Minuta da Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município de Riacho das Almas e a(s) licitante(s) vencedora(s) (**Anexo VIII**)

### 06.00 - PARTICIPAÇÃO

**06.01** - Somente poderão participar desta licitação as interessadas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão e que atendam às exigências constantes neste Edital e nos seus Anexos.

06.02 - Não poderão participar deste Pregão:

06.02.01 - Consórcios, grupos ou agrupamentos de pessoas jurídicas ou físicas e jurídicas;

06.02.02 - Empresas que estejam suspensas de participar de licitação realizada pela Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE.

06.02.03 - Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

**06.03** - Os envelopes da Proposta de Preços e dos Documentos de Habilitação devem conter, além do nome ou timbre da licitante, os seguintes sobrescritos em suas partes exteriores:

A) "PROPOSTA DE PREÇOS DA (nome da empresa)" Envelope nº 01 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023

B) "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA (nome da empresa)" Envelope n° 02 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023

### 07.00 - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

**07.01** – Em se tratando de microempresa – ME e empresas de pequeno porte – EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, e para que possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, no ato da entrega dos envelopes lacrados, apresentar declaração, conforme Anexo VII deste Edital, esta deverá estar fora dos mesmos.

07. 02 - Por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte, terão tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, observados as seguintes regras:



07.02.01 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato.

07.02.02 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

07.02.03 - Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, **a critério da Administração**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

07.02.04 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar n.º 123/06 e alterações posteriores, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

07.02.05 - O prazo para regularização de documentos de que trata o § 1º do art. 43, não se aplica aos documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira.

07.02.06 - Na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

07.02.07 - Nesta modalidade (Pregão Presencial), o intervalo percentual estabelecido no § 1° do art. 44 da Lei Complementar n.º 123/06 e alterações posteriores será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

07.02.08 - Para efeito do disposto no subitem anterior, ocorrendo o empate, proceder -se- á da seguinte forma:

07.02.08.01 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.



07.02.09 - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do art. 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos § 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, na ordem classificatória, parao exercício do mesmo direito.

07.02.10 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos § 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

07.02.11 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do art. 45 da Lei Complementar n.º 123/06 e alterações posteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

07.02.12 - O disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

#### 08.00 - CREDENCIAMENTO

**08.01** - A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, no dia, hora e local referidos no preâmbulo deste Edital, munida obrigatoriamente, com os seguintes documentos:

08.01.01 - Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato socialou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

08.01.02 - Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração, público ou particular, **preferencialmente com firma reconhecida**, do qual constem poderes específicos para firmar declaração de pleno atendimento aos requisitos da habilitação, formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. A procuração deve vir acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados no subitem 08.01.01 deste Edital, que comprove os poderes do outorgante para o outorgado.

**08.02** - Os documentos referidos nos subitens 08.01.01 e 08.01.02 devem ser entregues **em** separado dos envelopes de nº 01 e 02, **obrigatoriamente acompanhados do documentode** Credenciamento, conforme modelo constante no Anexo III deste Edital.



08.02.01 — O Termo de Credenciamento e as Declarações poderão ser elaborados pela licitante na sessão pública do Pregão.

- 08.03 O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
  - **08.04** Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.
- 08.05 Em se tratando de microempresas ME e empresas de pequeno porte EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e para que possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, no momento do Credenciamento, acrescentar declaração, conforme Anexo VII deste Edital.
- 08.06 A condição de Microempresa (ME), de Empresa de Pequeno Porte (EPP) e de Microempreendedores Individuais (MEI), para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (arts. 42 a 45), deverá ser comprovada mediante:
  - I empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:
  - a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do *site* da Secretaria da Receita Federal, http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm;
  - b) <u>Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.</u>
  - II empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:
  - a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/2006;
  - b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;
  - c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ;
  - d) Cópia do contrato social e suas alterações;
  - e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.
- **08.07** Os documentos relacionados no subitem 08.06 poderão ser substituídos pela certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103 do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) da Secretaria de Micro e Pequena empresa, vinculada à Presidência da República.
- **08.08** As empresas interessadas em participar do certame que não apresentarem nenhum dos documentos referidos no subitem 08.01 deste Edital, não poderão ofertar lances,



manifestar intenção de interposição de recurso ou praticar demais atos pertinentes ao certame, sendo considerada como única oferta dessas empresas a contida nos respectivos envelopes de n.º 01.

**08.09** - Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, desde que autenticada por tabelião de notas ou ainda por publicação em órgão de imprensa oficial, observados sempre os respectivos prazos de validade.

08.09.01 - Será facultada a possibilidade de autenticação de cópias dos documentos referente ao credenciamento pela Pregoeiro ou pela equipe de apoio, a partir dos originais, até no dia da sessão pública de abertura do Pregão.

# 09.00 - DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

- **09.01** A licitante deverá apresentar Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, devendo ser lavrada, preferencialmente, em papel timbrado da licitante, podendo utilizar como modelo o estabelecido no **Anexo IV** deste Edital. A referida Declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes de "Proposta de Preços" e de "Documentos de Habilitação".
- 09.02 As microempresas ME e empresas de pequeno porte EPP deverão fazer constar na Declaração prevista no subitem anterior, a restrição da documentação exigida no subitem 13.04 (Regularidade Fiscal e Trabalhista), se houver.

### 10.00 - PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

- **10.01** No dia, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento das interessadas em participar do certame.
- **10.02** Após o Pregoeiro declarar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à proposta apresentada ou à documentação.
- **10.03** Aberta a sessão, o representante legal da licitante deverá credenciar-se perante o Pregoeiro, comprovando possuir poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos relativos a este Pregão.
  - 10.03.01 Somente poderá participar da fase de lances verbais o representante legal da licitante devidamente credenciado.
- **10.04** No mesmo ato, o Pregoeiro receberá os envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação", em separado, procedendo, em seguida, à abertura dos envelopes "Proposta de Preços" e aos seguintes procedimentos:



- 10.04.01 Rubrica, conferência, análise e classificação das propostas em confronto com o objeto e exigências deste Edital;
- 10.04.02 Seleção da proposta escrita de menor preço e daquelas apresentadas com valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) em relação a de menor preço; ou
- 10.04.03 Seleção das melhores propostas, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços ofertados, quando não verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior;
- 10.04.04 Colocação das propostas em ordem crescente de preço cotado para que os representantes legais das licitantes participem da etapa competitiva, por meio de lances verbais:
- 10.04.05 Início da etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de modo sucessivo, em valores distintos e decrescentes;
- 10.04.06 No caso de empate entre duas ou mais propostas, será efetuado sorteio para definição da seqüência de lances, com a participação de todas as licitantes:
- 10.04.07 Uma vez iniciada a abertura do envelope "Proposta de Preços", não serão permitidas quaisquer retificações na proposta escrita.
- 10.05 Classificadas as propostas, e uma vez iniciada a etapa competitiva, o Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir da licitante detentora da proposta de maior preço e as demais, em ordem decrescente de preços ofertados.
  - 10.05.01 A desclassificação da proposta da licitante importa preclusão do seu direito de participação da fase de lances verbais.
  - 10.05.02 Após a fase de classificação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- **10.06** A licitante que se abstiver de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, ficará excluída dessa etapa e terá mantido o seu último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.
- **10.07** A etapa de lances será considerada encerrada quando todas as participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.



- **10.08** Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas das licitantes que efetuarem lances ou não, na ordem crescente dos valores.
- **10.09** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 10.10 Considerada aceitável a oferta de **menor preço global**, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor, de acordo com o previsto no subitem 12.08 deste Edital.
- 10.11 A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope "Documentação de Habilitação", ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades, será inabilitada, não se admitindo complementação posterior à sessão.
- 10.12 Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" em um único momento, em face do exame da proposta/documentação com os requisitos do Edital, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em Ata e a continuação dar-se-á em uma nova sessão com ciência e anuência de todos os presentes interessados na contratação.
  - 10.12.01 Os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, obrigatoriamente, pela Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes presentes, ficarão em poder da Pregoeiro e sob sua guarda até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.
- 10.13 Consideradas as ressalvas contidas neste Edital, qualquer reclamação a respeito deverá ser feita, no ato da reunião, pelos representantes legais das licitantes presentes.
- 10.14 Todas as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes presentes à sessão deste Pregão.
- 10.15 Ultrapassada a fase de análise das propostas e abertos os envelopes "Documentação de Habilitação", não caberá desclassificar as licitantes por motivo relacionado com a proposta, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecido após o julgamento.
- 10.16 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta/documentação.
  - 10.16.01 Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.



- 10.17 A adjudicação deste Pregão e a homologação do seu objeto somente serão efetivadas:
  - 10.17.01 Se não houver manifestação da licitante de sua intenção de interpor recurso, devidamente registrada em Ata durante o transcurso da sessão do Pregão; ou
  - 10.17.02 Após o deferimento ou indeferimento do recurso interposto e dado conhecimento do seu resultado.
- 10.18 A abertura dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" será realizada sempre em sessão pública, devendo o Pregoeiro elaborar a Ata circunstanciada da reunião, que deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da equipe de apoio e pelos representantes das licitantes presentes.
- 10.19 Da Ata relativa a este Pregão constarão os registros dos representantes credenciados das licitantes, das propostas escritas e dos lances verbais apresentados, da análise das propostas e dos documentos de habilitação, da manifestação da licitante de interpor recurso, sem prejuízo de outros porventura ocorridos.
- 10.20 Após concluída a licitação e assinado o pertinente Contrato, os envelopes não abertos contendo a documentação das demais licitantes ficarão em posse do Pregoeiro, à disposição das licitantes, pelo período de 10 (dez) dias úteis, após o que serão destruídos.

#### 11.00 - PROPOSTA DE PREÇOS - Envelope nº 01

- 11.01 A(s) proposta(s) de preços deverá(ão) ser redigida(s) no idioma português, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, datilografada(s) ou impressa(s) em papel timbrado da licitante, **preferencialmente**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, por qualquer processo eletromecânico ou eletrônico, rubricada(s) em todas as folhas, devendo a última ser datada e assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da licitante ou procurador detentor de instrumento de mandato que lhe confira poderes para tal, contendo indicações dos respectivos preços unitários e preço total para cada **ITEM**, bem como o preço global da proposta, e ainda:
  - 11.01.01 **O prazo de validade da proposta**, conforme subitem 03.01 deste Edital:
  - 11.01.02 **O** prazo de execução do objeto licitado, conforme subitem 03.02 deste Edital;
  - 11.01.03 **O prazo para início do abastecimento dos veículos**, conforme subitem 03.04 deste Edital:



- 11.01.04 O número deste Pregão, razão social da licitante, CNPJ, endereço, número para contato do telefone e o e-mail da licitante;
- 11.01.05 Indicação da(s) especificação(ões), unidade(s) e quantidade(s) do objeto licitado que deverá ser rigorosamente idênticas às constantes do **Anexo V**, devendo ainda, **indicar fabricante/marca**, **conforme o caso**.
- **11.02** Os preços constantes na proposta devem conter até três casas decimais após a vírgula.
- **11.03** Devem estar inclusos nos preços ofertados todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, frete, seguro e quaisquer outros custos e despesas que incidam sobre o fornecimento do objeto.
  - 11.04 Os preços são fixos e irreajustáveis.
- **11.05** Em caso de divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão sempre os primeiros, corrigindo-se os valores finais.
- **11.06** Qualquer cópia de documento que instrua a proposta, necessariamente terá que estar autenticada, na forma prevista no subitem 13.08 deste Edital.

#### 12.00 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- **12.01** A(s) proposta(s) de preços será(ão) julgada(s) e classificada(s) obedecendo ao critério de **"menor preço" global** ofertado.
- **12.02** <u>—</u> Durante o julgamento e a análise das propostas, será verificada, preliminarmente, a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos neste Edital, devendo ser classificadas para a etapa competitiva, ou seja, fase de lances verbais, aquelas que atenderem plenamente a esses requisitos.
- 12.03 Encerrada a análise das propostas apresentadas, em conformidade com as exigências contidas neste Edital, a Pregoeiro classificará a licitante autora da proposta de menor preço global e todas aquelas apresentadas com preços sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), em relação ao menor preço ofertado, dispostos em ordem crescente, para que os representantes legais das licitantes participem da etapa de lances verbais.
  - **12.04** A licitante oferecerá lance verbal sobre o preço global.
- **12.05** Quando não forem identificadas, no mínimo, três propostas escritas, a partir do critério definido na condição anterior, a Pregoeiro fará a classificação dos três menores preços sucessivos, dispostos em ordem crescente, quaisquer que sejam os valores ofertados, para que



os representantes legais das licitantes participem da etapa de lances verbais. Havendo empate no terceiro valor, serão convocadas as licitantes que tiverem ofertado o mesmo preço.

- 12.06- Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances verbais, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços.
- 12.07 Aceita a proposta de **menor preço global** será aberto o envelope "Documentação de Habilitação", contendo os documentos de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 12.08 A Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante detentora da proposta de **menor preço global**, no sentido de que seja obtido melhor preço:
  - 12.08.01 Se não houver lances verbais e o **menor preço global** estiver em desacordo com o estimado pela Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE para o fornecimento;
  - 12.08.02 Mesmo após encerrada a etapa competitiva, ordenadas e examinadas as ofertas, quanto ao objeto e valor ofertados, verificar a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, ou seja, a de **menor preço global**;
  - 12.09.03 Se não for aceita a proposta escrita de **menor preço global**;
  - 12.09.04 Se a licitante detentora do **menor preço global** desatender às exigências habilitatórias.
  - 12.09.05 Na ocorrência das situações previstas nos subitens 12.09.03 e 12.09.04 deste Edital, será examinada a oferta seguinte e a sua aceitabilidade, procedida à habilitação da licitante que tiver formulado a proposta, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às condições deste Edital;
  - 12.09.06 Na hipótese do subitem anterior, a Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido o melhor preço.
- 12.10 Verificado que a proposta de **menor preço global** atende às exigências fixadas neste Edital, quanto à proposta de preços e à habilitação, será a respectiva licitante declarada vencedora.
- 12.11 No caso de empate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado sorteio em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

13.00 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - Envelope nº 02



Para fins de habilitação a este Pregão, deverão as licitantes interessadas apresentar os seguintes documentos:

- **13.01** Documentação relativa à Habilitação Jurídica:
  - 13.01.01 Registro comercial, no caso de empresa individual;
  - 13.01.02 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso, o ato constitutivo e/ou a alteração social consolidada devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
  - 13.01.03 Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; e
  - 13.01.04 Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registroou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- **13.02** Documentação relativa à Qualificação Técnica:
  - 13.02.01 Certificado de Posto de abastecimento emitido pela ANP (Agência Nacional do Petróleo) ou inscrição na entidade competente da região a que estiver vinculada a licitante, se for o caso.
  - 13.02.02 Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido produtos compatíveis com o objeto deste Edital, devendo o atestado conter, além do nome do atestante, seu endereço e telefone, ou qualquer outra forma de que a Pregoeiro possa valer-se para manter contato com a pessoa jurídica declarante.
- **13.03** Documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira:
  - 13.03.01 Certidão negativa de falência, de recuperação judicial e/ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
    - 13.02.03.02 Anexar também a Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (Processos Judiciais eletrônicos), quando explicitamente excluídos na Certidão de Falência exigida no subitem 13.03.03.01 deste Edital.
- **13.04** Documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista:



- 13.04.01 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- 13.04.02 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da **Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União**, a qual engloba também os Tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social, sendo que essa pode ser retirada através do site: <a href="https://www.receita.fazenda.gov.br">www.receita.fazenda.gov.br</a>;
- 13.04.03 Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 13.04.04 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido pela Caixa, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 13.04.05 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 13.05 Documentação relativa ao Cumprimento do inc. XXXIII do art. 7º da C.F.:
  - 13.05.01 Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).
- **13.06** Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em uma única via.
- **13.07** Todos os documentos exigidos no item 13.00 deverão constar no envelope de habilitação.
- 13.08 Os documentos exigidos para habilitação, salvo aqueles emitidos pela própria licitante, deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, desde que autenticada por Tabelião de Notas ou por publicação em órgão de imprensa oficial. Será facultada a possibilidade de autenticação de cópias de documentos pela Pregoeiro ou pela Equipe de Apoio, a partir dos originais, até às 13h00min horas do dia útil anterior à data marcada para sessão pública de abertura do Pregão. As cópias reprográficas ficarão retidas no processo.
  - 13.08.01 Em se tratando de documentos obtidos pela licitante via internet, os mesmos poderão ser apresentados em cópias, considerando que suas



autenticidades ficarão condicionadas à verificação (consulta pela Pregoeiro ou Equipe de apoio junto à Internet)

- **13.09** Será considerada como válida pelo prazo de 90 (noventa) dias, contado da data da respectiva emissão, a certidão/documento que não apresentar prazo de validade, exceto se houver previsão de prazo diverso estabelecido em lei ou por dispositivo do órgão emissor do documento, devendo a licitante apresentar juntamente com a certidão/documento cópia da referida legislação ou dispositivo.
- 13.10 A falta de veracidade de quaisquer das informações prestadas pela licitante implicará no indeferimento de sua habilitação, independente das sanções cabíveis.
- 13.11 Os documentos exigidos nos subitens 13.01 a 13.05 deste Edital deverão, quando for o caso, serem apresentados datilografados ou impressos por qualquer processo eletromecânico, eletrônico ou manuscrito (quando fornecido nesta forma), perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras ou emendas, devidamente datados e assinados, quando necessário, em conformidade com o subitem 13.08 deste Edital.
- 13.12 A Documentação para Habilitação (item 13.00 deste Edital) deverá ser apresentada, preferencialmente, autuada, numerada e na ordem indicada por este Edital.
- 13.13 Não será concedida habilitação à licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para habilitação ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital.

### 14.00 - RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **14.01** Declarada a vencedora, a licitante que desejar recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo da Recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **14.02** A falta de manifestação imediata e motivada da(s) licitante(s) na sessão importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeiro à vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- **14.03** Interposto o recurso de forma regular, a Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- **14.04** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



**14.05** - Decididos os recursos porventura interpostos contra ato da Pregoeiro, e constatada a regularidade do ato praticado, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

#### 15.00 - INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 15.01 Este Edital e seus anexos farão partes integrantes do Contrato a ser firmado entre a Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE e a licitante vencedora, no qual ficará estabelecido que o foro da Cidade de Riacho das Almas será o único competente para dirimir todas e quaisquer dúvidas oriundas da interpretação dos termos contidos no instrumento contratual.
- **15.02** A licitante vencedora será convocada para assinar o respectivo instrumento contratual, de acordo com a minuta constante do **Anexo I**, no prazo definido no subitem 03.03 deste Edital.
- 15.03 Quando a licitante vencedora não assinar a ata de registro de preços ou termo do Contrato ou não aceitar e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo referido no subitem 03.03 deste Edital ou, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta desatender as exigências habilitatórias, a Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora; podendo ainda, a Pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido preço melhor.

#### 16.00 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- Homologado o resultado deste certame, a Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE convocará os licitantes vencedores para assinatura das Atas de Registro de Preços que deverão fazê-lo no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, nos termos do art. 64 da Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.
- 16.01.01 O prazo a que se refere o subitem anterior poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE.
  - 16.02 Alternativamente à convocação para comparecer perante a Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência eletrônica, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data de seu recebimento.
  - 16.03 Quando as licitantes vencedoras não assinarem a Ata de Registro de Preços ou não aceitar e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo referido nos subitens 16.01 e
     16.02 deste Edital ou, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta



de preços desatender as exigências habilitatórias, a Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo ainda, a Pregoeiro negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

- 16.04 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada na hipótese da ocorrência das situações previstas em lei.
- 16.05 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa contratada e a retribuição do Contratante poderá ser revisada, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Ata.
- 16.07 Quaisquer tributos ou encargos legais criados pelo Governo Federal, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, desde que devidamente comprovados através de cálculos e a documentação pertinente.
- 16.08 A Adesão a Ata de Registro de Preços, somente poderá ser efetuada com a autorização do órgão gerenciador, observando todos os preceitos legais referente ao Sistema de Registro de Preços.

#### 17.00 - RECEBIMENTO DO OBJETO

**17.01** - Quando do fornecimento do objeto desta licitação, o mesmo deverá ser fornecido nas quantidades e especificações constantes do Anexo V deste Edital, no posto da licitante vencedora, mediante apresentação da **AUTORIZAÇÃO PARA ABASTECIMENTO**.

#### 18.00 - PAGAMENTO DAS FATURAS

**18.01** – A Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE efetuará o pagamento das faturas referentes ao fornecimento do objeto deste Edital, em até 30 (trinta) dias posterior ao da apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente acompanhada das autorizações de abastecimento expedidas pela Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE, as quais devem ser entregues no Departamento Administrativo da Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE.



- **18.02** Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.
- **18.03** Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

#### 19.00 - PENALIDADES

- **19.01** Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:
  - 19.01.01 Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do bem não entregue ou do serviço não prestado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do bem ou serviço;
  - 19.01.02 Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do bem ou serviço;
  - 19.01.03 Pela demora em substituir o bem rejeitado ou corrigir falhas do serviço prestado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do bem recusado ou do valor do serviço, por dia decorrido;
  - 19.01.04 Pela recusa da Contratada em substituir o bem rejeitado ou corrigir falhas no serviço prestado, entendendo-se como recusa a substituição do bem ou a prestação do serviço não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do bem ou serviço rejeitado;
  - 19.01.05 Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Edital e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.
- **19.02** As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- **19.03** Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.



- **19.04** A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas nos subitens anteriores deste Edital.
- **19.05** Ficará sujeito a penalidade prevista no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no Contrato e nas demais cominações legais, o fornecedor e/ou prestador de serviços que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, agir em conformidade com as hipóteses a seguir:
  - 19.05.01 Não celebrar o Contrato:
  - 19.05.02 Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa em lugar de documentação legítima exigida para o certame;
  - 19.05.03 Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
  - 19.05.04 Não mantiver a proposta;
  - 19.05.05 Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
  - 19.05.06- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

#### 20.0 GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- Caberá A Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE, Órgão Gerenciador, a realização do procedimento licitatório, incluindo toda instrução processuale consolidação de dados para a realização do procedimento licitatório e a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.
  - 20.20 Quando do gerenciamento da Ata de Registro de preços, o Órgão Gerenciador, deverá: I - registrar sua intenção de registro de preços;
    - Il consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
    - III promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório:
    - IV realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 2 º e 3º do art. 6 º deste Decreto; (Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)
    - V confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico:
    - VI realizar o procedimento licitatório;
    - VII gerenciar a ata de registro de preços;



- VIII conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- IX aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
- X aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.
- XI autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6 º do art. 22 deste Decreto, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante. (Incluído pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)
- **20.21** O Órgão Gerenciador promoverá as negociações e todos os procedimentos relativos à revisão e ao cancelamento dos preços registrados.

# 21 - <u>DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE</u>

- **21.00** A Ata de Registro de preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade pública que não tenha participado do certame licitatório, desde que devidamente justificada a vantagem, e mediante anuência do órgão gerenciador.
- **21.01** O Órgão Não Participante, somente poderá fazer uso da Ata de Registro de Preços, após a anuência do Órgão Gerenciador da Ata.
- 21.02 Quando da formalização do pedido para fazer uso da Ata de Registro de Preços, o Órgão Não Participante deverá informar os itens e quantidades a serem adquiridos, enviando documento assinado por autoridade competente do órgão ou entidade.
- 21.03 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgão(s) participante(s).
- 21.04 As aquisições ou contratações por cada Órgão ou Entidade não Participante e não vinculada a Administração Pública da Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de preços para o Órgão Gerenciador e Órgão(s) Participante(s).
- 21.05 O quantitativo decorrente de todas as adesões a Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.



- 21.06 Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão Não Participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.
- 21.07 Compete ao Órgão Não Participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

### 22 - <u>DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO(S)</u> <u>CONTRATO(S) QUE DELA ORIGINAR(EM)</u>

- 22.00 A Gestão da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas, Sr. Nestor de Lira Moura.
   20.01.01 A gestão dos contratos provenientes da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade do ordenador de despesas da unidade contratante.
- **22.01** A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade dos servidores descritos a seguir:
  - a) Fiscal Titular:
  - 20.02.01 O fiscal do(s) contrato(s) será(ão) designado(s) pela(s) unidade(s) contratante(s), onde será(ão) mencionados(s) no(s) referido(s) contrato(s), ou instrumento(s) equivalente(s).
- 22.02 Não obstante a empresa Detentora/Contratada ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.
- **22.03** Caberá ao(s) fiscal(is) da Ata de Registro de Preços e do(s) eventual(is) Contrato(s) que dela originar(em):
  - a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento:
  - b) Conhecer plenamente os termos registrados sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto do Órgão Gerenciador/Contratante quanto da Detentora/Contratada;
  - c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Detentora/Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto,



bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;

- d) Exigir da Detentora/Contratada o fiel cumprimento de todas as condições registradas e contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência registrada/contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no presente Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e respectivo Contrato, assim como observar, para o seu correto recebimento:
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Detentora/Contratada;
- h) Comunicar formalmente ao seu respectivo Gestor do Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Detentora/Contratada;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- **22.04** Caberá ao(s) gestor(es) da Ata de Registro de Preços e do(s) eventual(is) Contrato(s) que dela originar(em):
  - a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora/Contratada;
  - b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
  - c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas registradas/contratuais;
  - d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo(s) fiscal(is);
  - e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas/contratuais apontadas pelos fiscais;
  - f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora/Contratada, mediante a observância das exigências registradas/contratuais e legais;



- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor da Ata de Registro de Preços e Contratos não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal da Ata de Registro de Preços/Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

### 23 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 23.01 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, desde que encaminhada com antecedência de até **02** (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.
- 23.02 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição interposta no prazo de **24 (vinte e quatro)** horas, contados da data do recebimento da petição.
- 23.03 Quando acolhida a petição contra este Edital, será designada nova data para a realização deste Pregão.
- 23.04 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data prevista para a abertura dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação", apontando as falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 23.05 A solicitação de esclarecimentos, de providências ou de impugnação deverá ser comunicado ao Pregoeiro através de petição, protocolizada na Comissão Permanente de Licitação CPL, no horário das 08h00min às 13h00min.
- 23.06 A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) adequar sua(s) proposta(s) ao seu último lance ou negociação, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data em que foi(ram) declarada(s) vencedora(s), assinando o Relatório Final anexo a Ata. A não apresentação ensejará aplicação das penalidades legalmente previstas.
- 23.07 A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão), durante a execução contratual, manter as condições de habilitação apresentada na licitação.
- 23.08 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% do objeto licitado, nos termos do §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, devendo este limite de percentual ser respeitado individualmente para cada item licitado e contratado.



- 23.09 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Riacho das Almas.
- 23.10 Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Pregoeiro dentro dos limites de suas atribuições.
- 23.11 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.12 A presente licitação, a juízo da Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE, poderá ser revogada por interesse público ou anulada por ilegalidade, sempre em despacho fundamentado, assegurado às interessadas ampla defesa.
- 23.13 O Edital completo será disponibilizado para ser consultado e/ou retirado na sala da Comissão Permanente de Licitação CPL, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, no horário das 08:00 às 13:00 horas. No caso de retirada do Edital na referida Comissão, a interessada deverá apresentar CD-ROM, DVD-ROM ou PENDRIVE a fim de que seja procedida sua transcrição por cópia.

Riacho das Almas/PE, 14 de abril de 2023.

DIOGENES CASSEMIRO DE LUCENA Pregoeiro



### ANEXO I MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO

Processo de Licitação nº 001/2023	
Pregão Presencial nº 001/2023	
Contrato nº/2023	
T 	MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO QUE ENTRE SI CELEBRAM Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE e a EMPRESA .
Minuta de Contrato para fornecimento p  CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIACHO I  Público inscrita no CNPJ sob o nº 08.861.858/0001-52, co  Centro, Riacho das Almas, Estado de Pernambuco,  Presidente, o Sr. Nestor de Lira Moura, brasileiro, empres  e residente e domiciliado a rua Lídia Ferreira da Silva, nº  das Almas, Estado de Pernambuco, CEP: 55120-000, e	com sede na Rua Dr. Manoel Borba, nº 104, CEP:55120-000, representada pelo seu sário, casado, CPF sob o nº 009.801.934-19 c²21, Loteamento Boa Vista, Centro, Riacho e como CONTRATADA, a Empresa sob o nº, com, neste ato, legalmente, (* dados pessoais), nos termos do de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2023, do Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiária da Lei 8.666/93, de 21 dejunho
*Em caso de assinatura através de procurador, este deve <b>procuração.</b>	erá está munido de instrumento <b>público de</b>
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO	
O fornecimento objeto do presente Contrato, pler rege-se pela Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02 e subs Resolução nº. 055, de 20 de junho de 2017, por suas clá aplicando-se-lhe, supletivamente os princípios da Teor Direito Privado.	sidiariamente a Lei 8.666, de 21.06.93 e a áusulas e pelos preceitos de direito público,

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato é o registro de preços para o fornecimento parcelado de combustível destinado à atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE, conforme Termo de Referência constante no Anexo V do Edital, o qual integra este acordo para todos os fins, independentemente de transcrição.



§ 1º - O objeto deste acordo deverá ser entregue, parceladamente, pela Contratada, por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Departamento Administrativo, mediante a apresentação de requerimento, devidamente autorizado.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo para execução do objeto deste Contrato será até **31 (trinta e um) de dezembro de 2023**, contado a partir da data de assinatura do mesmo, observado o disposto no art. 57 da Lei nº. 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

**Parágrafo único –** O prazo para início do abastecimento dos veículos será **imediato**, no instante do pedido, após o recebimento da autorização para abastecimento expedida pelo Departamento Administrativo da Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE, devendo ocorrer após a assinatura deste Contrato.

### CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Quando do fornecimento do objeto deste Contrato, o mesmo deverá ser fornecido nas quantidades e especificações constantes do Anexo V do Edital, no posto da Contratada, mediante apresentação da AUTORIZAÇÃO PARA ABASTECIMENTO.

### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Como contraprestação ao fornecimento	do objeto	deste acordo,	o Contratante	pagará à
Contratada o valor total de	(		), sendo :	a mesma
vencedora da licitação, da seguinte forma:				

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UND	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Gasolina comum		Litros			

- § 1º O Contratante efetuará o pagamento das faturas referentes ao fornecimento do objeto deste Contrato, em até 30 dias posterior ao da apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente acompanhada das autorizações de abastecimento expedidas pela Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE.
- § 2º Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP- M).
- § 3º Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS



Os recursos alocados para a realização do objeto do presente acordo são oriundos da dotação orçamentaria do exercício de 2023.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

As alterações, porventura necessárias ao fiel cumprimento deste Contrato, serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, devidamente homologado, que passará a integrar este contrato para todos os fins legais.

### CLÁUSULA OITAVA - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

O regime jurídico que rege este acordo confere ao Contratante as prerrogativas constantes dos arts. 58, 77 e seguintes da Lei 8.666/93, as quais são reconhecidas pela **Contratada**.

### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das obrigações constantes na Lei 8.666/93, caberá à Contratada:

- I A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do presente Contrato, nos termos do art. 71 da Lei 8.666/93.
- **II -** Nos termos do art. 70 da Lei 8.666/93, a **Contratada** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.
- § 1º Obriga-se a **Contratada** a manter-se, durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas bem como com todas as condições de habilitação exigidas na ocasião do Pregão.
- § 2º Fornecer os produtos rigorosamente de acordo com as especificações constantes no Edital e na sua proposta, obedecidos aos critérios e padrões de qualidade predeterminados.
- § 3º É expressamente vedada à Contratada a subcontratação no todo do objeto do presente acordo, podendo, no entanto, ocorrer à subcontratação de parte desse objeto à empresa(s) especializada(s), mantida, contudo, única, exclusiva e integral responsabilidade da empresa contratada sobre tal objeto. A subcontratação só será permitida desde que avaliada e autorizada previamente pela Contratante, sendo exigida a comprovação da viabilidade e necessidade da subcontratação e atestado de idoneidade da subcontratada.
- § 4º A Contratada deverá imediatamente após a assinatura desse ajuste disponibilizar o atendimento, abastecendo os veículos indicados pelo Contratante com o combustível adequado, dentro dos padrões de qualidade pertinentes e nas quantidades solicitadas, mediante requisição, devidamente assinada pelo Departamento Administrativo.
- § 5º Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega que efetuar, incluindo o pagamento de taxas e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à entrega.



- § 6º A Contratada deverá fornecer, quando solicitado pelo Contratante, atestado da qualidade dos combustíveis.
- § 7º Assumir inteira responsabilidade pelo fornecimento do combustível, de acordo com as especificações constantes na sua proposta de preços.
- § 8º Responsabilizar-se pela qualidade e a quantidade dos combustíveis fornecidos.
- § 9º Substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem defeitos ou incorreções.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Além das obrigações previstas na Lei 8.666/93, caberá ao **Contratante**:

- **I** Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento contratual, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas.
- **II -** Conduzir os veículos ao posto de combustível da Contratada para efetuar o abastecimento dos mesmos.
  - **III -** Exigir da Contratada o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.
- **IV** Recusar ou sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que atentem contra a segurança dos bens do Contratante ou de terceiros.
- **V** Notificar por escrito à Contratada, toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato, tais como, eventuais imperfeições durante sua vigência afixando prazo para sua correção.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes condições, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº. 8.666/93, com as alterações introduzidas por leis posteriores.

- I Pelo Contratante: a) Unilateralmente, em caso de inexecução do objeto contratado, bem como variação de interesse, nos termos do art. 58, II, c/c art. 79, I, da Lei 8.666/93. **Não sendo permitida esta a Contratada**, por tratar-se de preceito de ordem pública, em que se observa o interesse público, e atribuível, tão somente, ao Ente Federativo.
- II Por ambas as partes: a) Na ocorrência de <u>caso fortuito</u> ou <u>força maior</u>, regularmente comprovado, tornando **absolutamente** inviável a execução do Contrato.
- § 1º Na hipótese de rescisão contratual nas formas previstas nos incisos I a XI, art. 78 da Lei nº. 8.666/93 e demais normas legais pertinentes, terá a Contratada direito, exclusivamente, ao pagamento dos produtos fornecidos e aceitos.



§ 2º - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais normas legais pertinentes, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

- I Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do bem não entregue ou do serviço não prestado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do bem ou serviço;
- II Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizado em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do bem ou serviço;
- III Pela demora em substituir o bem rejeitado ou corrigir falhas do serviço prestado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do bem recusado ou do valor do serviço, por dia decorrido;
- IV Pela recusa da Contratada em substituir o bem rejeitado ou corrigir falhas no serviço prestado, entendendo-se como recusa a substituição do bem ou a prestação do serviço não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do bem ou serviço rejeitado;
- V Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no Edital e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.
- § 1º As multas estabelecidas nos incisos anteriores podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- § 2º Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.
- § 3º A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas neste acordo.
- § 4º O valor da multa deverá ser recolhido no Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da notificação da penalidade.
- § 5º Qualquer contestação sobre a aplicação de multas deverá ser feita por escrito.



§ 6º - Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ainda ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- a) Advertência por escrito;
- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- c) Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 87, Inc. IV da Lei 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

Conforme disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei 8.666/93, a publicação do presente instrumento será efetuada em extrato, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, correndo à conta da Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE a respectiva despesa.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Nos termos do § 3º do Art. 55 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, no ato da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, tudo em conformidade com o disposto no Art. 63 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

A Contratada reconhece o direito da Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE de paralisar a qualquer tempo ou suspender o fornecimento, mediante o pagamento único e exclusivo dos produtos já entregues.

A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos causados a Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE ou a terceiros, quando da execução do Contrato, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando a Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE de todas e quaisquer reclamações pertinentes.

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% do objeto contratado, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Sob o pálio do art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93, fica eleito o foro da Comarca de Riacho das Almas - PE, como competente, para dirimir dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito legal, na presença das testemunhas que também assinam.



	Riacho das Almas(PE)	:),/ 2023.	
C	Câmara Municipal de Vereado Nestor Lira de Mo Contra		
	Empr Contra		
TESTEMUNHAS: _ CPF	F/MF:	CPF/MF:	



#### **ANEXO II**

#### **MODELO DE PROPOSTA**

A Câı	mara Municipal de Riacho	das Almas–P	E			
Ref	í.: Pregão Presencial nº 0	01/2023 –				
pro	A Empresaabelecida no(a)posta de preços para o fessidades da Câmara Mun	fornecimento	vem, pera	ante este Preg de combustí	joeiro, apresenta vel destinado à	r a seguinte atender as
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UND	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Gasolina comum		Litros		ONTAIN	TOTAL
Val Pra Pra Dea ind	LOR TOTAL: R\$idade da proposta: 60 (ses zo de execução: 12 meses zo para início do abastecir claramos, para os devido iretas, inclusive os tributo auro e quaisquer outros cus	senta) dias of the conforme sometion dos vertos fins, que os, taxas, en	corridos, co ubitem 03.0. ículos: de in nos preços acargos soc	onforme subite 2 doEdital; nediato, confor s ofertados to ciais, trabalhis	m 03.01 do Edita me subitem 03.0 das as despesa tas e previdenci	4 do Edital; as diretas e iários, frete,
seguro e quaisquer outros custos e despesas que incidam sobre o fornecimento do objeto.  Declaramos que concordamos com todos os termos do Edital.						
	Loc	al,	de	de 202	23.	
	Assi	•		legal da empre /carimbo/etc)	<u> </u>	



### **ANEXO III**

TERMO DE CREDENCIAMENTO - REPRESENTANTE LEGAL
A (nome da empresa)
(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)
A (nome da empresa)



Α

### ANEXO IV

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Câmara Municipal de Riacho das Almas-PE
Ref.: Pregão Presencial nº 001/2023 -
Prezados Senhores,
Pelo presente, declaramos para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do artigo 4º da Lei Federal n.º 10.520 de 17.07.2002 sob as penalidades cabíveis, que cumpriremos plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.
Local e data
(Empresa e assinatura do responsável legal)



#### ANEXO V

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

Registro de preços para contratação de empresa para fornecimento parcelado de combustível destinado à atender as necessidades as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE.

#### 2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação decorre da necessidade de abastecer os veículos pertencentes a Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE.

### 3. ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	VALOR
01	Gasolina comum	Litros	10.000L	R\$5,42

O valor global máximo estimado e aceitável é de R\$ 54.200,00 (cinquenta e quatro mil e duzentos reais).

### 4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue, parceladamente, pela licitante vencedora, por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Departamento Administrativo, mediante a apresentação de requerimento, devidamente autorizado.

O abastecimento deverá ser efetuado de acordo com as normas técnicas e de segurança editadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

#### 5. PRAZOS

O prazo para início do abastecimento dos veículos deverá ser imediatamente, no instante do pedido, após o recebimento da autorização expedida pelo Departamento Administrativo da Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE, devendo ocorrer após a assinatura do Contrato.

#### 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Imediatamente após a formalização do ajuste, deverá disponibilizar o atendimento, abastecendo os veículos indicados pela Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE com o combustível adequado, dentro dos padrões de qualidade pertinentes e nas quantidades solicitadas, mediante requisição, devidamente assinada pelo Departamento Administrativo.

Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega que efetuar, incluindo o pagamento de taxas e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à entrega.

A Contratada deverá fornecer, quando solicitado pelo Contratante, atestado da qualidade dos combustíveis.

Assumir inteira responsabilidade pelo fornecimento do combustível, de acordo com as especificações constantes na sua proposta de preços.

Responsabilizar-se pela qualidade e a quantidade dos combustíveis fornecidos.

Manter durante a execução do contrato, com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem defeitos ou incorreções.

Responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.

### 7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas.

Conduzir os veículos ao posto da Contratada para efetuar o abastecimento.

Exigir da Contratada o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas.

Recusar ou sustar quaisquer serviços ou fornecimento que não estejam sendo executados de acordo com a boa técnica ou que atentem contra a segurança dos bens do Contratante ou de terceiros.

Notificar por escrito à Contratada, toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato, tais como, eventuais imperfeições durante sua vigência afixando prazo para sua correção.

#### 8. PAGAMENTO

O pagamento das faturas referentes ao fornecimento do objeto deste Termo de Referência será efetuado em até o 30 (trinta) dias posterior ao da apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente acompanhada das autorizações de abastecimento expedidas pela Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE, as quais devem ser entregues no Departamento Administrativo.

#### 9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Os recursos destinados à realização do objeto em questão são oriundos da dotação orçamentária do exercício de 2023.

Riacho das Almas,10 de março de 2023.

**Nestor Lira de Moura** 

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE



ANEXO VI

### **DECLARAÇÃO**

Licitação:	
, inscrito no CNPJ sob o nº, por meio de seu representan legal o (a) Sr. (a), portador (a) da Carteira de Identidade nºe do CPF nº, <b>DECLAR</b> , para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescipela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabal noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.	R <b>A</b> ,
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).	
 Data	
(representante legal)	

OBS: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Rua Dr. Manoel Borba, s/n - Centro - Fone: (81) 3745-1128 CNPJ/MF nº 08.861.858/0001-52 E-mail: camarariachodasalmas@gmail.com



**ANEXO VII** 

Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

Empresa		, inscrita	no	CNPJ	nº
, por intermédio de se					
portador(a) da Carteira de Identidade nº					
que se enquadra na condição de MICROEMP	RESA - ME OU EMPRES	A DE PEC	UENC	D PORT	ΓE –
EPP, constituídas na forma da LEI COMPLEME	MTAR Nº 123, de 14/12/20	06.			
Para tanto anexo o comprovante http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridio					
Receita Federal e/ou Termo de Opção do SI(indicar o local da sede ou	MPLES, registrado ou aute	enticado na	Junta	Comer	
E ainda DECLARO para os devidos fir § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123		impedime	ntos p	revistos	s no

DATA/CARIMBO/CNPJ ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Observação: Este documento deverá ser entregue em mãos ao Pregoeiro no ato do Credenciamento, fora dos envelopes de n.ºs 01 e 02.



#### ANEXO VIII MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo de Licitação nº 001/2023 Pregão Presencial nº 001/2023

VALIDADE - 12 (doze) meses.

#### **PREÂMBULO**

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIACHO DAS ALMAS/PE, Pessoa jurídica de direito Público inscrita no CNPJ sob o nº 08.861.858/0001-52, com sede na Rua Dr. Manoel Borba, nº 104, Centro, Riacho das Almas, Estado de Pernambuco, CEP:55120-000, representada pelo seu Presidente, o Sr. Nestor de Lira Moura, brasileiro, empresário, casado, CPF sob o nº 009.801.934-19 e residente e domiciliado a rua Lídia Ferreira da Silva, n°21, Loteamento Boa Vista, Centro, Riacho das Almas, Estado de Pernambuco, CEP: 55120-000, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, para REGISTRO DE PREÇOS, Processo Licitatório n° /2023, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro de 2013, regem o relacionamento obrigacional entre a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIACHO DAS ALMAS, e a licitante vencedora, doravante denominada Detentora da Ata, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para o fornecimento parcelado de combustível destinado à atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas/PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



Forne	cedor:	, inscrito no CNPJ/MF sob o n°, Endere				, Endereço:
	, Contatos:	, ne:	ste ato represer	ntado pelo se	u Sócio(a)/Pro	ocurador(a), o(a)
Sr.(a)_	, N	lacionalidade	e:	, Esta	do Civil:	
Profis	são:, insc	rito no CPF/M	F sob o n°			e RG sob o n°
	, Residente e	e Domiciliado	na		·	
					Valor	
Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Marca	Unitário	Prazo até

### 3. DOS ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Câmara Municipal de Vereadores de Riacho das Almas-PE.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
  - 4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de ouras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para administração pública federal da utilização da ata de registro.
- 4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que esse fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.3. Ao órgão não participante que aderir à ata, competem aos atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.



- 4.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observando o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
  - 4.4.1. Caberá ao órgão gerenciador, autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação respeitando o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

#### 5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da assinatura da assinatura da mesma, não podendo ser prorrogada.

#### 6. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 6.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrado nesta Ata.
- 6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 6.3. Quando o preço registado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
  - 6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
  - 6.5.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
  - 6.5.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis, para obtenção da contratação mais vantajosa.



- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quanto:
  - 6.7.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - 6.7.2. não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
  - 6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
  - 6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participantes.
- 6.8. O cancelamento de registros na hipótese prevista nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurando o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
  - 6.9.1. por razão de interesse público; ou
  - 6.9.2. a pedido do fornecedor.

#### 7. DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de preços ensejará a aplicação das penalidades/sanções estabelecidas no Termo de Referência/Edital.
- 7.2. É de competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactado nesta ata de registro de preço (art. 5°, inciso X, do Decreto n°7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6°, Parágrafo único, do decreto n°7.892/2013)
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art.20 do decreto n° 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

### 8. CONDIÇÕES GERAIS



- 8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência. ANEXO AO EDITAL.
- 8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1° do art. 65 da Lei 8.666/93, nos termos do art. 12, § 1° do Decreto n°7.892/13.
- 8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses:
  - 8.3.1. contratação da totalidade dos itens do grupo, respeitando as proporções de quantitativos definidos no certame; ou
  - 8.3.2. contratações de itens isolado para o qual o peço unitário adjudicado ao vencedor seja menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.
- 8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, § 4° do Decreto n° 7.892/13.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

	Riacho das Almas/PE,	de	de 2023.
	CÂMARA MUNICIPAL DE VE	XXXXXXXXX READORES I	DE RIACHO DAS ALMAS
_		empresa veno NTRATADA	edora
TESTEMUNHAS	S:		
NOME:		NOM	Ξ:
CPF.		CPF.	